

# **BREVES ANOTAÇÕES SOBRE O DIREITO AO CONTRADITÓRIO**

---

**Cláudio Henrique de Castro**

*Professor Substituto de Direito Romano  
na Universidade Federal do Paraná.*

*O texto busca uma perspectiva multidisciplinar. Define o direito ao contraditório vinculado ao due process of law, inserido no contexto principiológico da Constituição. Comenta o contraditório social e seus paradoxos. Assevera a importância do direito ao contraditório no desate das lides. Localiza o instituto no processo por formulas no direito romano Clássico. E assim homenageia o Prof. Doutor Aloísio Surgik pela regência da cadeira de Direito Romano na graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.*

## **1. PLANO CONSTITUCIONAL**

O direito ao contraditório está inscrito na Constituição Federal no artigo 5º, inciso LV, *verbis*:

*Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)*

*LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;(...).*

Portanto, expressamente, o direito ao contraditório é um direito e uma garantia fundamental<sup>1</sup> (Título II, CF), catalogada no rol dos direitos e deveres individuais<sup>2</sup> e coletivos (Título II e Capítulo I, CF), e tem aplicação imediata (artigo 5º, inciso LXXVII, §1.º, CF.). Defluem, pois, algumas observações, das quais nos propomos a comentar na presente abordagem.

## 2. DO CONCEITO

O conceito<sup>3</sup> do direito ao contraditório<sup>4</sup> é determinado,<sup>5</sup> está positivamente incorporado na Constituição na forma de norma-princípio<sup>6</sup>

---

<sup>1</sup> FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Mutação, Reforma e Revisão das Normas Constitucionais, Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política* Revista dos Tribunais, ano 2 - n. 5- outubro-dezembro de 1993, p. 5 e segs.. "finalmente, a Emenda Constitucional poderá incidir sobre qualquer matéria, salvo as indicadas expressamente no artigo 60, § 4º, que são: I - forma federativa de Estado; II - voto direto, secreto, universal e periódico; III - separação de poderes; IV - direitos e garantias individuais." Com efeito, diante do contraditório estar inserido no capítulo de direitos e deveres individuais e coletivos, no título dos direitos e garantias fundamentais, é cláusula intocável a eventual emenda à Constituição, mesmo que obliquamente o afete, merece controle constitucional.

<sup>2</sup> MIRANDA, Jorge. Os direitos fundamentais - sua dimensão individual e social, *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, Revista dos Tribunais*, ano 1, n. 1, out./dez. 1992, p. 198 e segs., "O resultado almejado há-de ser uma liberdade igual para todos, construída através da correção das desigualdades, e não através de uma igualdade sem liberdade; sujeita às balizas materiais e processuais da Constituição; e suscetível, em sistema político pluralista, das modulações que derivem da vontade popular, expressa pelo voto."

<sup>3</sup> GRAU, Eros Roberto. Nota sobre os conceitos jurídicos, *Revista de Direito Público*, v. 74, p. 217 e segs., "Na linguagem - ou instância - jurídica, portanto, as expressões dos conceitos jurídicos são **signos de segundo grau**, isto é, signos de **significações** (signos de primeiro grau) atribuíveis, ou não atribuíveis - a coisas, estados ou situações. O objeto do conceito jurídico expressado, assim o é uma significação atribuível a uma coisa estado ou situação e não a coisa, estado ou situação. A enunciação (expressão) do conceito jurídico produz em nossas mentes uma imagem que é um signo de

e pode ser formulado na seguinte síntese: O direito ao contraditório<sup>7</sup> é a oportunidade dos sujeitos de direito manifestarem-se, na discussão sobre o fato e/ou direito,<sup>8</sup> em igualdade de condições,<sup>9</sup> na esfera

---

terceiro grau, isto é, um signo - terceiro - da expressão conceitual - segundo - da significação - primeiro."

<sup>4</sup> NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*, 2ª. ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1994, p. 121 e segs., "Por contraditório, deve entender-se, de um lado, a necessidade de dar-se conhecimento da existência da ação e de todos os atos do processo às partes, e, de outro, a possibilidade de as partes reagirem aos atos que lhes sejam desfavoráveis. Os contendores têm direito de deduzir suas pretensões e defesas, realizarem as provas que requereram para demonstrar a existência de seu direito, em suma, direito de serem ouvidos paritariamente no processo em todos os seus termos." E quanto à Igualdade de Armas "Waffengleichheit": Como decorrência do princípio da paridade das partes - o contraditório significa dar as mesmas oportunidades para as partes (Chancengleichheit) e os mesmos instrumentos processuais (Waffengleichheit) para que possam fazer valer os seus direitos e pretensões, ajuizando ação, deduzindo resposta, requerendo e realizando provas, recorrendo das decisões judiciais, etc...(indica DINAMARCO. Cândido Rangel, *Fundamentos do processo civil moderno*, São Paulo, 1982 e GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em sua unidade*, vol. II, Rio de Janeiro, 1984, com inúmeras indicações bibliográficas.).

<sup>5</sup> NEVES PEREIRA, M.S.D. *Introdução ao Direito e às Obrigações*, Coimbra: Almedina, 1992, p. 19. "Os conceitos determinados são expressões ou formulações normativas em regra especificamente técnico-jurídicas, com sentidos jurídicos no máximo claros e invariáveis quer no tempo quer perante a diversidade dos casos, constituindo assim os elementos-chave para a certeza e segurança do sistema jurídico (...).

<sup>6</sup> GOMES CANOTILHO, J.J.; MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*, Coimbra: Coimbra, 1991, p. 49, "A norma distingue-se do princípio porque contém uma regra, instrução, ou imposição imediatamente vinculante para certo tipo de questões. Todavia, os princípios, que começam por ser a base de normas jurídicas; podem estar positivamente incorporados, transformando-se em normas-princípios, constituindo preceitos básicos da organização constitucional. Os princípios são núcleos de condensação nos quais confluem bens e valores constitucionais, i.é, são expressão do ordenamento constitucional e não fórmulas apriorísticas contrapostas às normas." (ver ainda, nota nº 50).

<sup>7</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, v. I, artigos 1º a 43, São Paulo: Saraiva, 1990, artigo 5º, inciso LV, p. 68, "O princípio do contraditório impõe a condução dialética do processo. Em outras palavras, exige que em cada passo do processo cada parte tenha a oportunidade de apresentar suas razões, ou, se for o caso, as suas provas. Implica ele, portanto, o que os processualistas denominam *par conditio* (igualdade entre as partes)."

<sup>8</sup> BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil* (promulgada em 5 de outubro de 1988), 2º. Volume, artigos 5º. a 17, São Paulo: Saraiva, 1989, p. 265 e segs., localiza, historicamente, o direito do contraditório nas Constituições de 1824 (artigo 179, nº. 11 e 17), de 1891 (artigo 72, §§15, 16 e 23), de 1934 (artigo 113, n. 24 a 27), de 1946 (artigo 141, §§ 25 a 27), de 1967 (artigo 150, §§ 15 e 16), Emenda Constitucional nº. 1/69 (artigo 153, §§ 15 e 16). E doutrina: "Ligados historicamente ao direito penal, hoje, por força do novo Texto, trata-se de uma garantia aos acusados em geral. (...) A todo ato produzido caberá igual direito da outra parte de opor-se-lhe ou de dar-lhe a versão que lhe convenha, ou ainda de fornecer uma interpretação jurídica diversa daquela feita pela autor." E ainda, Silva Velloso, Carlos Mário da, *Temas de Direito Público*, Livraria Del Rey Editora, Belo Horizonte, 1994, Cap. 6 - Princípios Constitucionais do Processo, p. 207, "O princípio do contraditório, que se confunde com o direito de defesa, embasa-se na regra isonômica que a Constituição consagra (CF, 1988, artigo 5º., *caput*, e I). Neste sentido: Processual Civil - Prova -

judicial e/ou administrativa, num momento procedimental determinado, bilateral e isonômico às partes, de modo a assegurar-lhes o trinômio vida-liberdade-propriedade.<sup>10</sup>

O Contraditório surge na dialética da busca à(s) certeza(s) do(s) fato(s), - é fundamental para este desvelamento. É basilar à segurança das decisões em indetermináveis esferas jurídico-processuais;<sup>11</sup> cível, penal, administrativa,<sup>12</sup> trabalhista, fiscal, arbitral, constitui-

---

Admissão de laudo de assistente por ocasião do julgamento do agravo retido. Imprescritibilidade do contraditório. Devido processo legal. Erro na indicação da norma. Irrelevância. Ofende o devido processo legal a decisão que, após prover agravo retido para admitir laudo de assistente técnico, não enseja à parte contrária oportunidade para debatê-lo e impugná-lo. O princípio do contraditório, com assento constitucional vincula-se diretamente ao princípio maior da igualdade substancial, sendo certo que essa igualdade, tão essencial ao processo dialético, não ocorre quando uma das partes se vê cerceada em seu direito de produzir prova ou debater a que se produziu. O simples equívoco na indicação da norma legal, vulnerada não deve servir de obstáculo à apreciação do recurso especial quando nítido o teor da impugnação, mesmo porque ele se destina a preservar autoridade e unidade do direito federal e não apenas da lei federal. "(STJ, Resp nº. 998 - PA. Reg. nº. 89.0010590-6. Rel.: Min. Sálvio de Figueiredo. Quarta Turma. Unânime. DJ 20-1-89)."

<sup>9</sup> LAURIA TUCCI, Rogério; CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Constituição de 1988 e processo*, Regramentos e garantias constitucionais do processo, São Paulo: Saraiva, 1989 - Cap. § 6º. Garantia da plenitude da defesas com todos os meios a ela inerentes, p. 60, "Realmente, ninguém pode ser privado da liberdade ou de seus bens sem que lhe propicie a produção da ampla defesa (*nemo inauditus damnari potest*), e, por via de consequência, esta só poderá efetivar-se em sua plenitude com o estabelecimento da participação ativa e contraditória dos sujeitos parciais em todos os atos e termos do processo." (riqueza bibliográfica).

<sup>10</sup> Esse trinômio é a expressão do "*due process of law*", do acesso de acordo com a forma (artigo 5º., inciso LIV, CF) que está diretamente conectado com a bilateralidade dos atos processuais - o princípio da ampla defesa (artigo 5º., inciso LV, CF.) e indiretamente conectado com os princípios do juiz natural (artigo 5º., incisos, XXXVII e LIII, CF), o princípio da proibição da prova ilícita (artigo 5º., inciso LVI, CF), o princípio da presunção de inocência (artigo 5º., inciso LVII, CF.), o direito da opção pelo silêncio nos interrogatórios, isto é, de permanecer calado (artigo 5º., inciso LXIII), o princípio da publicidade dos atos processuais (artigo 5º., inciso, LX, CF) e finalmente, os princípios: da inafastabilidade do controle judicial (artigo 5º., inciso XXXV, CF), da legalidade penal (artigo 5º., inciso, XXXIX, CF), da segurança jurídica (artigo 5º., inciso, XXXVI, CF), do princípio da liberdade de ação geral (artigo 5º., inciso II, CF.), e o mega princípio da igualdade (artigo 5º., *caput*, inciso I, CF), (ver ainda nota nº. 37).

<sup>11</sup> MEDAUAR, Odete. *A processualidade no direito administrativo*, Revista dos Tribunais, 1993, p. 102. "A informação dada ao sujeito para que possa reagir no processo administrativo, num enfoque garantista, visa à tutela das posições jurídicas dos destinatários do ato final; tal procedimento se efetua no seu aspecto genérico, pois enseja a colaboração do sujeito na fixação do conteúdo do ato; e se efetua no seu aspecto reativo, por oferecer possibilidade concreta de melhor combater o ato final, se lesivo a direitos."

<sup>12</sup> PONDÉ, Lafayette. *Considerações sobre o processo administrativo*, Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 130, out.dez., 1977, p. 9 e segs.: "Em todos os processos, a decisão final é sempre um ato administrativo unilateral, ainda quando se trate de processo plurissubjetivo e tenha caráter contraditório. Processo contraditório é aquele em que é assegua-

onal, desportiva, etc., sejam elas nas variáveis, contenciosas ou graciosas, esta última com a invocação do direito subjetivo público do Estado (juiz) na verificação dos pressupostos para a tutela.

### 3. DA LUTA INERENTE AO DIREITO

Das divindades alegóricas da mitologia greco-romana, a Discórdia, nas palavras de Commelin<sup>13</sup>, *Na Terra, tem ela o criminoso prazer de semear por onde passa as querelas e as dissensões, nos Estados, nas famílias, nos lares*". E quanto à Concórdia, *"Era invocada para a união das famílias, dos cidadãos e dos esposos (...). Dá-se-lhe também, às vezes, um caduceu, com o qual se indica que é fruto de uma negociação.*

Ihering, no clássico, *A luta pelo direito*,<sup>14</sup> ensina: *"A expressão do direito encerra uma antítese que nasce desta idéia, de que é completamente inseparável: a luta e a paz; a paz é o fim do direito, a luta é o meio para alcançá-lo."*

Evidente, para não se instalar a barbárie nas sociedades modernas, adveio com a queda das monarquias, a substituição do príncipe (rei) pelo princípio, da força pela ideologia, surgindo o princípio da legalidade que, por sua vez, canaliza a estrutura da lei.<sup>15</sup> A lei assegura a composição dos conflitos, através de valores, insertos em enunciados

---

rado às partes interessadas o direito de contestar a pretensão que lhes for contrária, de modo que nenhum elemento novo pode nele ser introduzido sem prévio conhecimento delas."

<sup>13</sup> COMMELIN, P. *Mitologia greco-romana*, Salvador: Progresso, 1957, p. 355

<sup>14</sup> IHERING, Rudolf Von. *3 Estudios juridicos, Del interes en los contratos, la posesion., la lucha por el derecho*, Editorial Atalaya, Buenos Aires: Atalaya, s.d., p. 163.

<sup>15</sup> HESPANHA, Antônio. *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbarkian s/d, in *O princípio da legalidade como norma, como ficção e como ideologia*, de Andreas Auer, Texto apresentado à 4ª. Conferência Européia de Estudos Críticos do Direito, Coimbra, 1986, *O princípio da legalidade como ideologia*, p. 135 e segs., "O princípio da legalidade canaliza e estrutura a lei. A lei bem pode ser vaga, imprecisa, fluída e indeterminada, pois o princípio da legalidade consegue a proeza de fazer aparecer como conformes a esta fluidez os mais diversos atos de aplicação individual e concreta. Garantindo uma ligação tanto normativa como lógica entre o abstrato e o concreto, entre o geral e o individual, a legalidade funda e reforça a idéia de uma coerência da ordem jurídica.

descritivos significantes,<sup>16</sup> - normas, que tutelam bens jurídicos. A tutela é realizada por meio da jurisdição, descrita em inúmeras esferas de poder, em competências específicas, em razão das matérias envolvidas.

Neste palco, diversos atores; a(s) parte(s),<sup>17</sup> advogados,<sup>18</sup> juízes,<sup>19</sup> procuradores, promotores, e coadjuvantes;<sup>20</sup> assistentes, peritos, serventuários da justiça, árbitros, etc., suas tarefas: - a regulação da discórdia, cada qual, atuando direta e indiretamente, no mister de acusar, defender, conciliar e julgar.<sup>21</sup>

---

<sup>16</sup> WARAT, Luís Alberto. *O direito e a sua linguagem*, 2ª. ed., Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1995, p. 28, "Com respeito à mutabilidade do signo jurídico, deve-se indicar que o carácter histórico e social a ele atribuído quando falamos de sua imutabilidade, nos obriga a verificar que as forças sociais, em sua dinâmica, submetem à incessante mudança todos os processos de significação."

<sup>17</sup> (Ver notas n.ºs 48 e 49).

<sup>18</sup> CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juízes vistos por nós, os advogados*, 7ª. ed., Lisboa: Clássica, s/d. De certas relações entre os advogados e a verdade, ou da parcialidade obrigatória dos primeiros, p. 95, "A luta entre os advogados e a verdade é tão antiga como a disputa entre o Diabo e a água benta e, entre as facécias correntes acerca da mentira profissional dos advogados, ouve-se, às vezes, a sério, este raciocínio: Em qualquer processo há dois advogados, que não podem ambos falar verdade, uma vez que sustentam teses contraditórias; logo, um deles mente. Isto autoriza a dizer que cinquenta por cento dos advogados são mentirosos. Mas como o advogado que tem razão numa causa não a tem noutra, segue-se que todos estão dispostos a sustentar, no momento oportuno, causas perdidas, ou seja, que são todos mentirosos. Este raciocínio esquece, porém que a verdade tem três dimensões e que pode aparecer sob formas diversas a quem a observa, conforme os diversos pontos de vista sob os quais a veja. Num processo, os dois advogados, apesar de sustentarem teses opostas, podem estar e quase sempre estão de boa fé, uma vez que representam a verdade, tal como a vêem sob o prisma por que a vê o seu cliente." ver também, GARÇON, Maurice, *O advogado e a moral*, 2ª. ed., Coimbra: Arménio Amado, 1963.

<sup>19</sup> MOTA DE SOUZA, Carlos Aurélio. *Poderes Éticos do juiz, a igualdade das partes e a repressão ao abuso no processo*, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1987, Cap. Deveres do Juiz, subtítulo: Deveres sociais, p. 50, "Mais se exige do juiz no processo moderno, em que desempenha papel dinâmico, atuando como componente social, para garantir efetiva igualdade das partes na demanda e no acesso aos tribunais (direito dos pobres), e na alteração íntima das sentenças judiciais em vista de maior equilíbrio social." (Remete a BAUER, Fritz. *Transformações do processo civil em nosso tempo*. *Revista Brasileira do Processo Civil*. v. 7./65 e segs. ).

<sup>20</sup> MOTA DE SOUZA, Carlos Aurélio. *op. cit.*, p. 58 e segs.

<sup>21</sup> BAPTISTA MACHADO, J. *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Coimbra: Almedina, 1983, p. 140. "Recorde-se que, quando o soberano era o monarca, o juiz decidia em nome de Sua Majestade. Agora que o soberano é o povo, decide em nome deste."

#### 4. A DINÂMICA INTERNA E EXTERNA DO CONTRADITÓRIO SOCIAL

No plano interno, não nos esqueçamos da dinâmica social,<sup>22</sup> da qual emergem os direitos, como expressões da luta de classes, dos diversos centros de poderes econômicos-políticos-ideológicos<sup>23</sup> nas disputas de espaços, v.g., nos palácios do poder Executivo, nos parlamentos do poder Legislativo e nos tribunais do poder Judiciário,<sup>24</sup> dentre outros centros de poder (e.g., o fenômeno do pluralismo jurídico e as diversas variáveis de composições de interesses).

E no plano externo, advindos das monarquias colonizadoras, das cortes, dos nobres, dos poderes clericais e ainda dum mosaico de poderes, gestados a partir das Grandes Navegações, da Revolução Francesa, criados na Revolução Industrial, nos pós-guerras, amadurecidos no modelo capitalista ocidental<sup>25</sup> colonizador (hispano-

---

<sup>22</sup> MIRANDA, Jorge. *op. cit.*, p. 198 e segs.: "A evolução e as vicissitudes dos direitos fundamentais, seja numa linha de alargamento e aprofundamento, seja numa linha de retratação ou de obnubilção, acompanham o processo histórico, as lutas sociais e os contrastes de regimes políticos - bem como o progresso científico, técnico e econômico (que permite satisfazer necessidades cada vez maiores de populações cada vez mais urbanizadas).

<sup>23</sup> SEIXAS MEIRELES, Henrique da Silva *Marx e o Direito Civil* (para a crítica histórica do paradigma civilístico), Lisboa: Coimbra, 1990, p. 32: "O método lógico-histórico, que está na base desta analítica, parte da tese de que a forma jurídica é sempre a forma jurídica que "corresponde" a uma estrutura econômica determinada (G. COHEN). Mas deve-se ultrapassar nesta analítica histórica o postulado da mera identificação metodológica entre sociedade e direito: à sociedade capitalista corresponde um "direito capitalista" e à sociedade escravagista um "direito escravagista". É que, a analítica histórica das formas jurídicas do modo de produção capitalista (analítica que se fundamenta na crítica presente) verifica que não há homologia (BALIBAR) entre a evolução da formação social ao nível da estrutura econômica e a sua evolução ao nível da instância jurídica." (Obs. indica vasta bibliografia em notas de rodapé).

<sup>24</sup> CASTANHEIRA NEVES, A. *A redução política do pensamento metodológico-jurídico* (Breves notas críticas sobre o seu sentido). Boletim da Faculdade de Direito, número especial, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró, II, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993, p. 423, "E então, ou uma vez reconhecida esta vinculação do jurídico ao político, a pergunta chave seria: que política deverá orientar na sua constituição e na sua aplicação? Para obter como resposta: uma política "de emancipação e transformação da sociedade e das relações da produção em particular." Sem que se queira todavia com isto suprimir o direito - ponto a sublinhar, a sua relativa e específica autonomia, transformando-o inteiramente numa política, pois se reconheceria essa sua autonomia ao nível da "super-estrutura" e, com isso, também a sua específica influência normativa e decisória na estruturação e determinação das relações sociais. (remete a SAAVEDRA LOPES, N.L. CALERA e BARCELONA. *Introduzione a l'uso alternativo del diritto*, Ortodossia e prática política.

<sup>25</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*, O breve século XX 1914-1991, Companhia das Letras. 1996, p. 562, *in fine*, "Sabemos que, por trás da opaca nuvem de nossa ignorância e da incerteza de

português, inglês e norte-americano, com a predominância a dois tempos, portugueses e norte-americanos), modelo político dependente das economias desenvolvidas, dos países economicamente metrópoles.<sup>26</sup> Colonizadores, mantenedores e credores da dívida externa. E num terceiro momento, - global,<sup>27</sup> pertencentes ao Sul que depende do Norte (EUA, Canadá, CEE, Japão, dentre outros centros econômicos). Talvez, nossa expressão externa de contraditórios sociais, das desigualdades historicamente comprovadas.<sup>28</sup>

---

resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. (...)

<sup>26</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Do direito econômico aos direitos econômicos, sociais e culturais, in *Desenvolvimento econômico e Intervenção do Estado na Ordem Constitucional*, Estudos jurídicos em homenagem ao Professor Washington Peluso Albino de Souza, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995, p. 10, "Todos reconhecemos no Professor Washington Albino o pioneiro do Direito Econômico nos círculos jurídicos brasileiros. De seus ensinamentos no limiar dos anos setenta, retive sobretudo dois pontos capitais. Primeiro, a constatação de que as relações econômicas entre os povos, e toda a temática do desenvolvimento, não se enclausuram nos parâmetros dos ordenamentos jurídicos internos, nem tampouco nos diferentes ramos do Direito em sua sistematização clássica. Segundo, a posição segundo a qual, para regulamentar tais atividades econômicas que não se enquadram nos parâmetros dos demais ramos do Direito, emerge precisamente o Direito Econômico, a propiciar juízos de valor sobre atividades econômicas condicionadas a princípios jurídicos, sobretudo os que se voltam à justiça social e ao atendimento das verdadeiras necessidades da pessoa humana e do meio social em que vive."

<sup>27</sup> DINIZ, Artur. A fome de lucros, in *Desenvolvimento econômico e Intervenção do Estado na Ordem Constitucional*. Estudos jurídicos em homenagem ao Professor Washington Peluso Albino de Souza, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, Porto Alegre, 1995, p. 41. "No cerne das relações entre participantes da comunidade internacional, encontra-se uma estrutura econômica. Esta definirá a natureza jurídica. Ao estudar a natureza jurídica, penetramos nos bastidores ideológicos do Direito Internacional Público. O melhor caminho será o estudo da sua história."

<sup>28</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*, A formação e o sentido do Brasil, Companhia das Letras, 1995, p. 209: "Essa estrutura de classes engloba e organiza todo o povo, operando como um sistema autoperpetuante da ordem social vigente. Seu comando natural são as classes dominantes. Seus setores mais dinâmicos são as classes intermediárias. Seu núcleo mais combativo, as classes subalternas. E seu componente majoritário são as classes oprimidas, só capazes de explosões catárticas ou de expressão indireta de sua revolta. Geralmente estão resignadas com seu destino, apesar da miserabilidade em que vivem e por sua incapacidade de organizar-se e enfrentar os donos do poder."



Evidente, o tema é o direito ao contraditório, todavia, exsurge também à colação, o contraditório social de que ainda o País não se livrou. Nesta esteira, as leis, sabemos, são produto da amálgama de fatores políticos-sociais-culturais.<sup>29</sup>

Não nos esqueçamos, o jurista (dimensão dinâmica) é partícipe de seu tempo, e a norma (numa dimensão estática), consolida valores-poderes.<sup>30</sup>

## 5. DOS CUIDADOS NA ANÁLISE DOS FATOS E A IMPORTÂNCIA DO CONTRADITÓRIO

Francisco de Paula Baptista,<sup>31</sup> por outro lado, lembra o extremo cuidado do julgador na aplicação do direito, pois *importa, em alguns casos, considerar devidamente o fato e determinar com exatidão a espécie, na qual uma modificação qualquer, suposto que leve em aparência, acarreta muitas vezes profundas mudanças nos princípios e disposições que deverão regê-la, e, portanto, nos direitos e*

---

<sup>29</sup> PINTO FERREIRA. A liberdade no processo da civilização, **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política e Ciência Política**, Revista dos Tribunais, a. 1, nº. 3, abr./jun. 1993, p. 93 e segs.: O direito é norma que contém um pedaço da realidade social e do ideário da justiça, em complexo normativo variável no tempo. (...) O complexo normativo evolui e se desenvolve no tempo. A temporalidade é outra dimensão do direito, que não é imutável e nem fixo, porém em ente que se transforma, é também agente transformador, colocando-se a norma jurídica no tempo. A solução do problema epistemológico-jurídico está em uma abordagem multidimensional, em um modelo integrativo, vendo o direito em sua integralidade, na sua temporalidade dialética e evolutiva."

<sup>30</sup> COELHO, Luís Fernando. **Lógica Jurídica e Interpretação das Leis**, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 324: "Posso acrescentar que o papel do jurista não é manter os conteúdos normativos estabelecidos pelo poder, mas substituí-los por outros conteúdos mais condizentes com as exigências da justiça e voltados para a realidade social. Ao juiz, especialmente, não cabe aplicar a lei, mas fazer justiça." Neste sentido: Processual Civil - Agravo Regimental em Reclamação - Decisão liminar suspendendo os efeitos de antecedentes provimentos judiciais - CF 88, artigos 5º., LV e 93, IX - RISTJ, arts. 187 e 188, I e II. 1. Decisão suficientemente fundamentada de modo a não tísar o contraditório (ampla defesa) e o devido processo legal (artigo 5º. LV, CF), não pode ser acoimada de ilegal ou abusiva. 2. Na decisão liminar o juiz valora situações e fatos, sem ficar equidistante dos reais sentimentos da justiça correntes na sociedade procurando uma interpretação amoldada àqueles sentimentos, dando maior utilidade aos provimentos jurisdicionais. O *periculum in mora*, favorecendo a atividade criadora pela convicção do juiz, sob o signo da provisoriedade, adiantando solução acautelatória. 5. Hirta a decisão agravada, não deve ser modificada, permanecendo intangidos os seus efeitos. Agravos improvidos (STJ, AgRg na Rel nº. 209-8 - DF. Rel. Min. Milton Luiz Pereira. Primeira Seção. Unânime. DJ 7-3-94).

<sup>31</sup> BAPTISTA, Francisco de Paula. **Compêndio de Hermenêutica Jurídica**, São Paulo: Saraiva, 1984, p. 8.

*obrigações que daí resultarem*. E anota, em rodapé de página, os brocados:<sup>32</sup>

*Quaelibet minima facit varietas jus reforma* (L. 13, C., de transact).

Qualquer variedade do fato, por mínima que seja, reforma o direito.

*Modica unius circumstantiae varietas plurimum jus immutat* (Dumoulin).

Pequena variedade de uma circunstância muitas vezes altera o direito.

Na seara dos fatos, o Contraditório propicia a importante dialética<sup>33</sup> na (re)construção da realidade,<sup>34</sup> equacionando o conflito e a sintaxe do direito.

Invocada(s) a(s) norma(s) que tutela(m) o(s) bem(ns) jurídico(s) envolvido(s), ocorre o discurso da discórdia em busca da "concórdia" (pacificação social), verdadeiramente, existe um embate de argumentos,<sup>35</sup> razões e teses, das quais, o contraditório é basilar.

Nesta dialética, se desenvolverá, no campo probatório<sup>36</sup> (quando necessário), a busca da certeza ou ao menos a convicção formal do julgador,<sup>37</sup> quanto à substância lógico-formal das suas decisões.<sup>38</sup>

---

<sup>32</sup> BAPTISTA, Francisco de Paula. *op. cit.*, p. 66.

<sup>33</sup> SOUTO MAIOR BORGES, José. **O Contraditório no processo judicial** (uma visão dialética), Malheiros, 1996, p. 45 e segs., "A dialética é arte, não é sistema. Arte de disciplinar o diálogo, direcionando-o segundo regras preestabelecidas e que devem presidi-lo e a arte do Direito é, também ela, uma investigação esquecida.(...) Mas a tendência à sistematização, que tomou conta da ciência moderna, não explica, por si só, a decadência da arte da dialética. Para tanto, há de se socorrer o pensador da escuta da própria palavra na sua eclosão originária e nos seus desdobramentos ao longo da história.(...) Sem que se ouçam as razões das partes em conflito, nenhuma dialética e nenhuma decisão judicial. A regra *audiatur est altera pars* vigora no processo como uma tradição milenar e com absoluta injunção para os seus desdobramentos históricos."

<sup>34</sup> VILANOVA, Lourival. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, p. 243: "Um fato pode ter ocorrido e (com meios de prova) processualmente ter-se como não-ocorrido; pode não se verificar na realidade, mas processualmente dar-se como verificado."

<sup>35</sup> VILANOVA, Lourival, *id. ibid.*, p. 15, O jurista é, *par excellence*, um homem do "discurso", onde o racional tem sua expressão."

<sup>36</sup> GASPAS, Alfredo. **O Advogado e sua liberdade de expressão nos tribunais**, Lisboa: Coimbra, 1994, p. 38 e segs., "A dúvida - 'um estado subjetivo como estado psicológico de falta de certeza, depende do inexato conhecimento da realidade objetiva ou subjetiva' (Sabatini - *"in dubio pro reo"* -

Teoricamente, pois, as partes hão de conformar-se com a decisão,<sup>39</sup> muito embora, se saiba, que a parte sucumbente (ou até em sucumbência recíproca) aceita formalmente a decisão, todavia, dificilmente se conforma no seu íntimo.

Quando das lides contra o Estado, ou entes aliçados do sentir, é óbvio, este sentimento não é presente, ou se existe, reflete-se nas coletividades,<sup>40</sup> - certas, teoricamente, de que os gestores do Estado

---

*apud* Novíssimo Digesto Italiano, t. 8, p. 613) - é um grau de conhecimento vulgar no plano da convicção judiciária. (...) É um princípio que tinha longa aplicação nas suas origens - que remontavam ao direito romano, no qual as regras "*favor libertatis*" ou "*in dubiis pro libertatis*" levaram a dizer que "os demandados são considerados mais favoravelmente que os autores (Gaio) e que "na dúvida prevalece a liberdade" (Marciano) -, e que conserva ainda a sua actualidade em processo criminal (como noutros ramos do direito). E significa apenas isto: a insuficiência de prova é igual à falta de prova." Quer dizer: "o juiz que diz, na sua sentença, que absolve com dúvidas, pelo benefício da dúvida, que decide em favor do réu, não está em dúvida: está firme e seguro de que carece de provas; de que não tem, ao menos, as suficientes para condenar; e sem provas não se pode condenar" (MELENDI, Sabatini. *In Dubio Pro Reo*, Buenos Aires, 1971, p. 81).

<sup>37</sup> Com efeito, também no feixe de princípios que norteiam o julgador, está o princípio da motivação das decisões judiciais (artigo 93, inciso IX, CF) e na esfera administrativa, o princípio da motivação das decisões administrativas (artigo 93, inciso X primeira parte, CF.), estes princípios também estão conectados com o *due process of law*. Nas palavras de VALLE FIGUEIREDO, Lúcia. Princípios constitucionais do processo. Revista Trimestral de Direito Público, 1/1993, São Paulo: Malheiros, p. 118 e segs.: "A motivação como forma de controle da atividade judicante é de extrema importância. Aqui lembro frase feliz de Bentham, citada por Michelle Taruffo, em que ele diz: *good decisions are such decisions for which good reasons can be given*. Boas decisões são aquelas decisões para as quais boas razões podem ser dadas.(...) A fundamentação legal não é motivação de nada. A motivação são as razões explicitadas, o porquê de o juiz ter tomado "tal" ou "qual" atitude."

<sup>38</sup> SILVA DIAS, Augusto. *A relevância jurídico-penal das decisões de consciência*, Coimbra: Almedina, s/d, p. 49: "A racionalidade revela-se apenas no estabelecimento de princípios práticos que possibilitam a compreensão do processo discursivo como processo comunicativo ou dialógico e que permitem diferenciar uma ética processual de uma ética de primeiro grau (que se orienta para a fundamentação de normas, valores e princípios por via cognitiva, emotiva, intuitiva, etc.) e ao mesmo tempo do subjectivismo ético. (para melhor precisão destes conceitos, v.g., LAMEGO, José, Razão e Argumentação: A Decisão Racional no Direito e na Política. Revista Jurídica da A.A.F.D.L. 1984, n.º 4, p.138. )"

<sup>39</sup> GASPARD Alfredo, *op. cit.*, p. 38 e segs.. "A confiança excessiva que os tribunais têm depositado nos factos materiais, objetivos, da infração - fazendo presumir deles a vontade culpável do agente -, é uma prática forense que aparta os juízes daquela recomendação salutar: "A dúvida é um passo obrigatório no caminho da verdade. Ai do juiz que não duvida". (CARNELUTTI. *Principi del Processo Penale*. Napoli: Morano, 1960, p. 139).

<sup>40</sup> RODRIGUES, Nelson. *O óbvio ululante, primeiras confissões*, Companhia das Letras, 1994, p. 204 e segs.: "Sim, hoje o homem é mais idiota do que desconhecido. (...) Reparem: - somos mais idiotas do que nunca. Ninguém tem vida própria, ninguém constrói um mínimo de solidão. O sujeito morre e mata por idéias, sentimentos, ódios que lhe foram injetados. Pensam por nós, sentem por nós, gesticulam por nós.

representam seus interesses, que eventualmente postos ao embate de particulares e/ou outros entes jurídicos, devem lograr êxito, v.g., o exercício do *ius puniendi*.

## 6. A LITISCONTESTATIO E O CONTRADITÓRIO

No processo formulário, *pari passu*, à República Romana, surge a *litis contestatio*, na análise do Prof. Aloísio Surgik,<sup>41</sup> "Embora a maioria dos léxicos registre, como tradução de *litis contestatio*, "a contestação da lide", na verdade, literalmente, significa: tomada de testemunho da lide. Realmente, como bem observam Alexandre Correia e Gaetano Sciascia, a expressão deriva do fato de que a contestação da lide se praticava formalmente perante testemunhas" e, ainda, "pode-se definir a *litis contestatio* como obrigação recíproca de aceitar a sentença do juiz"<sup>42</sup>

De uma, ou de outra definição, constata-se a inerência da produção da prova testemunhal, muito importante àquele tempo, com a contestação da lide, e ainda, a aceitação da sentença do julgador, por via de consequência.

Decorre, portanto, a segurança das partes na sentença, e a plenitude do contraditório na discussão da demanda. Esta plenitude, nasce da lenta evolução das ações da lei (*leges actiones*), num período em que poderia perder a demanda quem cometesse um mínimo erro que fosse,<sup>43</sup> diante da riqueza de detalhes e da rigidez das fórmulas utilizadas para a proposição e o desate dos conflitos.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> SURGIK, Aloísio. *Lineamentos do Processo Civil Romano*, Curitiba: Livro é Cultura, 1990, A *litis contestatio*, p. 63, indica como nota de rodapé, MONIER, Raymond, *Vocabulaire de droit romain*, Paris: Domat, 1949, p. 199, e SILVEIRA, César. *Dicionário de direito romano*, São Paulo, 1957, p. 404 e CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. *Manual de direito romano*, São Paulo: Saraiva, 1957, vol. I. p. 103.

<sup>42</sup> SURGIK, Aloísio. *Temas Críticos do Direito à Luz das Fontes*, p. 165, remete à ARANGIO-RUIZ, Vincenzo, *Instituciones de derecho romano*, Buenos Aires, 1952, p. 153.

<sup>43</sup> SURGIK, Aloísio. *Lineamentos do Processo Civil Romano*, op. cit., p. 47 e segs., descreve a evolução do processo das *leges actiones* ao processo *per formulas*.

<sup>44</sup> BREONE, Mario. *História do Direito Romano*, Lisboa: Estampa, 1990, p. 90: O amor pela forma" domina, como é sabido, a vida privada e pública e a vida religiosa. Formas determinadas regulavam "o culto, os sacrifícios, a oração, o voto, os auspícios, em poucas palavras. qualquer contato com os deuses", assim com a actividade dos comícios e da assembléa senatorial, as declarações de

Pontes de Miranda,<sup>45</sup> comentando o artigo 180, do Código de Processo Civil de 1939, lembra que "O processo prescinde do concurso ativo do réu. A contestação dos arts. 180, 181, nada mais tem da antiga *litis contestatio*". É verdade, num grande salto histórico, desde o processo formulário até nossas recentes alterações processuais.<sup>46</sup>

O *iter* do contraditório nos diversos sistemas processuais na história do direito é tema para uma enormidade de estudos,<sup>47</sup> todavia, na simples invocação do Processo Formulário, ao tempo da República Romana, vê-se desde logo a garantia às partes e o dever imposto ao julgador da necessária e fundamental oportunização do contraditório no processo, considere-se ainda, no mundo clássico, a identidade com o *ius* e a *actio*, pois a separação de direito adjetivo e substantivo é gradativa involução que surge no sistema posterior, no pós-clássico, ao tempo de governos autoritários e grandes codificações.

## 7. DAS LIÇÕES ROMANAS

Derradeiramente, a *litis contestatio* demonstra que a conquista do contraditório está conectada diretamente com os regimes democráticos, onde deve prevalecer um mínimo de respeito ao cidadão<sup>48</sup> (parte, ser, sujeito, pessoa).<sup>49</sup>

---

guerra e os tratados internacionais. A tendência formalista descobre-se por toda a parte."(...) A seu modo, o formalismo jurídico faz parte deste quadro. O seu rigor não é desprovido de sentido".

<sup>45</sup> PONTES DE MIRANDA. *Comentários do Código de Processo Civil*, (arts. 161-272), São Paulo: Revista Forense, 1958, comentário ao artigo 180, do Código de Processo Civil de 1939, t. 3, p. 118.

<sup>46</sup> Materializada em gradativas reformas ao Código de Processo Civil de 1973, por meio das Leis n.ºs 8.950/94, 8.951/94, 8.952/94, 8.953/94, 9.079/95, 9.099/95, 9.139/95 e 9.245/95.

<sup>47</sup> ALMEIDA COSTA, Mário Júlio. *História do Direito Português*, 2ª. ed., Coimbra: Almedina, 1992, a partir do clássico, SURGIK, Aloísio. *Lineamentos do Processo Civil Romano*, *op. cit.*

<sup>48</sup> Nestas perspectivas: cidadão (ser participante da vida política, cultural e econômica de dada sociedade estruturada em Estado(s), parte (pólo de relação jurídico processual), ser (homem, enquanto espécie), e sujeito (entidade passível de imputação jurídica).'

<sup>49</sup> CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direitos da Personalidade*, 2ª. ed., Lisboa: Coimbra, 1995, p. 9. "Integrado na natureza e na sociedade (outro elemento da natureza), o homem só ia ser definitivamente transformado em pessoa pelo humanismo cristão (...) A pessoa deve ao cristianismo a sua "base metafísica" que garante a passagem da noção de pessoa-da-sociedade revestida de um "estado" social, à noção de pessoa-humana, não-social (radicalmente). (Hegel, *Filosofia do Direito*, pp. 124 e 185).

Decorre, portanto, que em qualquer processo/procedimento, seja judicial e/ou administrativo, a norma-princípio matriz do direito ao contraditório, deverá estar presente, sob pena de se macular elementar garantia fundamental inscrita na *lex maxima*.<sup>50</sup>

Nas aulas de Direito Romano, o Professor Doutor Aloísio Surgik, sempre, com clareza hialina, demonstrou a importância do estudo das fontes do Direito, e delas, vislumbramos o Direito ao Contraditório que, na pedra de toque do processo formulário, a *litis contestatio* diretamente se fazia presente, na formulação da lide, no chamamento às testemunhas e na aceitação prévia do *sententia* do julgador popular. Delimitando as provas e contraprovas, as teses e contrateses, as alegações e contra-alegações, as variáveis fáticas e jurídicas nos mais possíveis matizes, por meio das *exceptiones*, e contra estas, alternadamente, a *uplicatio*, *replicatio*, *triplicatio*, e assim por diante.<sup>51</sup>

Destas anotações, nossas homenagens ao Professor Doutor Aloísio Surgik, na brilhante regência da cadeira de Direito Romano na graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA COSTA, Mário Júlio. *História do Direito Português*. 2. Ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- ARANGIO-RUIZ, Vincenzo. *Instituciones de derecho romano*. Buenos Aires: (s.n.), 1952.

---

<sup>50</sup> GOMES CANOTILHO, J.J. *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador* - Contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas, reimpressão, Coimbra: Còimbra, 1994, p. 283, e segs.: "Em alguns casos de princípios a que é atribuída a densidade de norma jurídica, a heteronomia positiva determinante ganha relevo fundamental. Os actos legislativos não são apenas limitados, mas "conformados" e "dirigidos" positivamente por estes princípios."

<sup>51</sup> SURGIK, Aloísio. *Lineamentos do Processo Civil Romano*, op. cit., p. 61 e segs.: "O traço que caracteriza a exceção consiste, não em negar a pretensão do autor, mas em opor a ela um fato distinto, a anular-lhe o efeito (NOBREGA, Vandick Londres daí *Compêndio de direito romano*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977, p. 421)" (...) "No caso do exemplo citado, em que o réu invoca, na *exceptio*, um pacto para não pagar o débito, o autor pode valer-se de uma *replicatio*, sustentando, por exemplo, que o alegado pacto foi revogado por outro posterior (Gai. 4. 126). É possível ainda que o réu responda com uma *triplicatio*, e assim por diante, havendo motivos."

- AUER, Andreas. *O princípio da legalidade como norma, como ficção e como ideologia*. in 4ª.. Conferência Européia de Estudos Críticos do Direito, Coimbra, 1986.
- BAPTISTA, Francisco de Paula. *Compêndio de Hermenêutica Jurídica*, São Paulo: Saraiva, 1984.
- BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil* (promulgada em 5 de outubro de 1988). São Paulo: Saraiva, 1989, v.2.
- BAUER, Fritz. *Transformações do processo civil em nosso tempo*. Revista Brasileira de Processo, v. 7, n. 65, s.d.
- BRETONE, Mario, História do Direito Romano. Lisboa: Estampa, 1990.
- CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados*, 7ª. ed., Lisboa: Clássica, s.d.
- CAMPOS, Diogo Leite de. *Lições de Direitos da Personalidade*. 2ª. ed., Coimbra: Coimbra, 1995.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Do direito econômico aos direitos econômicos, sociais e culturais, in *Desenvolvimento econômico e Intervenção do Estado na Ordem Constitucional*, Estudos jurídicos em homenagem ao Professor Washington Peluso Albino de Souza, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.
- CARNELUTTI. *Principi del Processo Penale*. Napoli: Ed. Morano, 1960.
- CASTANHEIRA NEVES, A. A redução Política do pensamento metodológico-jurídico (Breves notas críticas sobre o seu sentido). *Boletim da Faculdade de Direito*, número especial, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró, II, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993.
- COELHO, Luís Fernando. *Lógica Jurídica e Interpretação das Leis*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- COMMELIN, P. *Mitologia greco-romana*. Salvador: Progresso, 1957.
- CORREA, Alexandre e GAETANO Sciascia. *Manual de direito romano*. São Paulo: Saraiva, v. 1, 1957.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. São Paulo: (s.n), 1982.

- DINIZ, Arthur. A fome de lucros, in *Desenvolvimento econômico e Intervenção do Estado na Ordem Constitucional*, Estudos jurídicos em homenagem ao Professor Washington Peluso Albino de Souza, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.
- FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. Mutações, Reforma e Revisão das Normas Constitucionais. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, Revista dos Tribunais, a. 2, n. 5, out./dez., 1993.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, São Paulo: Saraiva, 1990, v. 1.
- GAIO, 4.126
- GARÇON, Maurice, *O advogado e a moral*, 2ª. ed., Coimbra: Arménio Arnado, 1963.
- GASPAR, Alfredo. *O Advogado e a sua liberdade de expressão nos tribunais*. Coimbra: Coimbra, 1994.
- GOMES CANOTILHO, J.J. MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra, 1991.
- GOMES CANOTILHO, J.J.; *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador* - Contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas. Coimbra: Coimbra, 1994.
- GRAU, Eros Roberto. Nota sobre os conceitos jurídicos. *Revista de Direito Público* v. 74, p. 217.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em sua unidade*. Rio de Janeiro: (s.n. ), 1984, v.2.
- HEGEL, *Filosofia do Direito*, s.d.
- HESPANHA, Antônio. *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva*. Lisboa, Fundação Calouste Gulberkian, s.d.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos O breve século XX, 1914-1991*. Companhia das Letras, 1996.
- IHERING, Rudolf Von. *3 Estudios juridicos, Del interes en los contratos la posesion la lucha por el derecho*. Buenos Aires: Atalaya, s.d.
- LAMEGO, José. Razão e Argumentação: A Decisão Racional no Direito e na Política in *Revista Jurídica da A.A.F.D.L.*, nº. 4, 1984.



- LAURIA TUCCI, Rogério; Cruz e TUCCI, José Rogério. *Constituição de 1988 e Processo, Regramentos e garantias constitucionais do processo*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- MEDAUAR, Odete. *A processualidade no direito administrativo*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1993.
- MIRANDA, Jorge. Os direitos fundamentais - sua dimensão individual e social. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, a. 1, n.1, out./dez. 1992.
- MONIER, Raymond. *Vocabulaire de droit romain*. Paris: Ed. Domat, 1949.
- MOTA DE SOUZA, Carlos Aurélio. *Poderes Éticos do Juiz, igualdade das partes e a repressão ao abuso no processo*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1987.
- NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 2, ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- NEVES PEREIRA, M.S.D. *Introdução ao direito e às obrigações*. Coimbra: Almedina, 1992.
- NÓBREGA, Vandick Londres da. *Compêndio de direito romano*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.
- PINTO FERREIRA. A liberdade no processo da civilização. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política e Ciência Política*, Revista dos Tribunais, a, 1, n.3, abr./jun. 1993.
- PONDÉ, Lafayette. Considerações sobre o processo administrativo. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, vol. 130, out./dez., 1977.
- PONTES DE MIRANDA, *Comentários ao Código de Processo Civil de 1939*, Rio de Janeiro: Forense, 1958, t.3.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro, A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Nelson. *O óbvio ululante, primeiras confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- SAAVEDRA LOPÉZ, N. L., CALERA e BARCELONA, P. *Introduzione a l'uso alternativo del diritto*. Ortodossia e prática política.
- SABATINI. *Novissimo Digesto Italiano*, t. 3.
- SANTIAGO MELENDO. *In Dubio Pro Reo*. Buenos Aires, 1971.

- SEIXAS MEIRELES, Henrique da Silva. *Marx e o Direito Civil Para a crítica histórica do paradigma civilístico*. Coimbra: Coimbra, 1990.
- SILVA DIAS, Augusto. *A relevância jurídico-penal das decisões de consciência*. Coimbra: Almedina, s.d.
- SILVA VELLOSO, Carlos Mário da. *Temas de Direito Público*, Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- SILVEIRA, César da. *Dicionário de Direito Romano*. São Paulo: (s.n.), 1957.
- SOUTO MAIOR BORGES, José. *O Contraditório no processo judicial (uma visão dialética)*. São Paulo: Malheiros, 1996.
- SURGIK, Aloísio. *Lineamentos do Processo Civil Romano*. Curitiba: Livro é Cultura, 1990
- \_\_\_\_\_. *Temas Críticos do Direito à Luz das Fontes*. Curitiba: H.D.V.A., s.d.
- VALLE FIGUEIREDO, Lúcia. *Princípios constitucionais do processo*. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo: Malheiros, n, 1, 1993.
- VILANOVA, Lourival. *As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
- WARAT, Luís Alberto. *O Direito e a sua linguagem*, 2ª. ed., Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995.